

RESENHA

MARIA DA GLÓRIA GOHN - MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE MOBILIZAÇÕES CIVIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p.

Rogério da Silva de Jesus¹

Maria da Glória Gohn, trilhou na vida acadêmica enquanto professora e pesquisadora, estudos baseados nos distintos movimentos sociais e, a cada publicação, apresenta dados atuais e análises incisivas sobre o assunto.

A obra *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, aborda o tema categorizando a conjuntura e os debates atuais relacionados às redes e a mobilização social. Apresenta ao leitor os aportes teóricos e históricos, mapeando os modos de ação e as principais disputas relacionadas a direitos e conquistas sociais.

Com efeito, Gohn sintetiza na apresentação da obra de forma pragmática que:

1 Mestrando em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), bolsista CAPES. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal da Bahia. (UFBA) Endereço eletrônico: rogersilva_2@yahoo.com.br

O mapeamento focalizará quais são as áreas temáticas e seus eixos de manifestação como problema social, um breve perfil desses problemas, onde se localizam as demandas e lutas, quais são os sujeitos sociopolíticos e culturais que estão envolvidos, em que territórios estão situados, que ações protagonizam, como são tematizadas, suas ações, como constroem as redes por onde circulam etc. (p.7)

Seguindo essa linha, a autora descreve no percurso de escrita da obra, as dificuldades apresentadas pelos atores e agentes sociais bem como as suas redes de mobilização de acordo com as áreas temáticas de atuação, faz análises importantes para a compreensão da desigualdade existente entre os movimentos sociais contemporâneos, vez que trata do tema de maneira mais abrangente e complexa, não apenas listando os movimentos que se transformam e se recriam, mas mapeia as formas gerais de demanda e lutas sociopolíticas, suas articulações e modo de ação, apresentando assim os recíprocos pontos divergentes e por vezes convergentes.

O livro *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, apresenta dados advindos de pesquisas e produções de quatro décadas de esforços e estudos dos movimentos sociais no Brasil. Visa contribuir para o debate voltado para a organização e transformação social, ressaltando as questões de emancipação, autonomia e justiça social, de atores e o controle social regulatório estabelecido para limitar as ações desses.

A autora traz o propósito "[...] de que se possa fazer um balanço das formas das ações coletivas expressas em

movimentos sociais e nas redes de mobilizações, e demonstrar que a sociedade civil não é massa amorfa inerte” (p. 8).

Gohn ressalta que, a grande diferença no comportamento e organização dos movimentos sociais entre as décadas de 1990 e 2000, forma o rompimento da fragmentação da sociedade que se mantinha amorfa, e alinhando-se à tendência de formação de grupos associativos, organizados e com articulação em rede de mobilização e construção de fóruns temáticos.

A mesma propõe que essas articulações promoveram transformação nas relações, disputas de interesse e diálogo com o Estado. Assim, a tendência de formação de redes trouxe a ideia de que as proposições seriam mais efetivas, fortalecidas e como modo de sobrevivência. Nesse cenário surgem ONGs e entidades do terceiro setor, configurando um novo cenário de divisão das demandas seguindo critérios de cor, raça, idade, gênero, questões ambientais, religiosas e etc.

O livro é apresentado em duas partes distintas. Na primeira, intitulada “Redes de mobilizações no Brasil contemporâneo: as conjunturas e as categorias que se destacam”, a autora pontua cinco fatores que distinguem os movimentos sociais contemporâneos nos prismas econômico, político, social e cultural no passado e no presente. Também aborda categorias utilizadas para distinguir o associativo atual, sobretudo as categorias “redes sociais” e “mobilização social”.

Na primeira distinção elaborada pela autora, a mesma defende que ocorreu a resignificação na natureza dos movimentos sociais e o modo de agir para consecução dos objetivos. Esses não se configuram apenas enquanto reativos e movidos por necessidades a serem supridas. Essa resignificação diz respeito inclusive à reflexão sobre a sua existência, a ideia de um novo pacto civilizatório de uma nova sociedade

democrática, porém voltada para a sustentabilidade e não somente pelo autodesenvolvimento.

Portanto, há a resignificação das ideais clássicas de igualdade, liberdade e fraternidade. Traz um caráter educativo de autoanálise e aprendizado para seus atores, tematizando as ações prioritárias do Estado, promovendo parcerias públicas e privadas, participação e deliberação nas políticas públicas.

No segundo ponto de destaque, Gohn apresenta os movimentos históricos, esses expunham demandas de participação e lutas pela necessidade básica de conquista da democracia participativa e pelo “direito a ter direitos” (p. 17). A partir dos movimentos operários e revolucionários do final do século XIX e início do século XX. Portanto eram demandas abrangentes, que desdobravam em diversas camadas da sociedade. Porém na atualidade o que se busca é o respeito às diferenças e pautas de reparação, conquistas de novos direitos, cidadania participativa, ascensão do controle social e participação dos movimentos com intervenção deliberativa no Estado e nas políticas públicas.

Gohn destaca que:

A grande mudança observada nos estudos sobre a as políticas de parceria do Estado com a sociedade civil organizada está na direção do foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida. Reconhecem-se as carências e busca-se superá-las de forma holística. Olhares multifocais que contemplam raça, etnia, gênero, idade, etc. passam a ser privilegiados. (p. 22)

Nesse cenário o foco reativo e de luta por direitos se amplia num processo de organização e conscientização da sociedade para impulsionar a importância de suas demandas. Assume um perfil de democratização, promoção da justiça social, solidariedade e autonomia, promovendo vínculos com a esfera pública na e para consecução de políticas públicas e controle social, integrando-se em parcerias.

A autora caracteriza a força dos movimentos coletivos organizados estrategicamente, a capacidade de transformar realidades históricas e tensões entre Estado e grupos específicos marginalizados ao longo do tempo. Destaca que “o sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (p. 22).

No terceiro ponto, a autora considera que o Estado ressignifica o modo de atuação e relacionamento com os movimentos sociais. Estabelece a inclusão desses no processo político e decisório com caráter consultivo, reconhece as suas lutas e gradativamente divide a responsabilidade na promoção de políticas públicas sociais. Nesse processo de inclusão o Estado torna-se controlador e exerce uma influência política reduzindo as pressões e estabelecendo um controle com viés conciliatório, transformando a pauta política dos movimentos. Portanto essas pautas são transformadas em programas de governos, controladas por agentes políticas e parceiros do terceiro setor como ONG’s.

Compreende-se na leitura que há fragmentação no atendimento de demandas específicas, reduzindo a força coletiva e o Estado passa a ser tutor, provedor e o único ponto de convergência entre os movimentos sociais.

No quarto ponto de análise, a autora esclarece que ocorreram alterações e a ampliação dos sujeitos participantes dos movimentos sociais, que se organizam agora em redes asso-

ciativas. Isso se explica através da difusão de novas tecnologias de comunicação. Ocorreram ainda “alargamento das fronteiras dos conflitos, tomando como ponto central a migração e a imigração, a luta por disposição de recursos estratégicos, como água, energia, terra, etc.” (p. 25)

Esses conflitos, por sua vez, deixam de ter somente como eixo os Movimentos Sociais x Estado, e referenciam-se em novos eixos, incluindo corporações e outros agentes econômicos interessados em tais recursos para exploração econômica.

No quinto e último ponto de destaque, Gonh levanta lacunas que a produção acadêmica tem deixado sem tratamento devido, relacionando as questões centrais que devem ser debatidas e aprofundadas para evitar equívocos nas pesquisas produzidas.

Essas lacunas apresentadas trazem questões como a necessidade de apresentação do conceito de movimento social, e os pontos que os qualificam como novos no contexto social, como se distinguem nas ações coletivas ou organizações sociais, como as ONGs; os desdobramentos que ocorrem com a sua institucionalização; e a sua missão na contemporaneidade.

Segundo Gonh, as lacunas apresentadas interferem na compreensão e mapeamento da categoria movimentos sociais, a qual se vê uma substituição constante por outra categoria, a mobilização social, que pode ser entendida como simples participação e cooperação.

Na segunda parte do livro, Gohn intitulou “Mapeando a cena: movimentos sociais e associações civis”. Traz ao leitor um mapeamento analítico das categorias de associativismo no Brasil que se destacam no cenário urbano e rural, tais como: os movimentos sociais, as ONGs, as associações civis e fóruns com ação nacional ou com integração e engajamento entre outras nações e conselhos gestores. A autora dividiu

essas instâncias em três grandes blocos, que vai das redes de mobilização que se compõe por associações de natureza diversa, as ONG's e os conselhos institucionalizados na esfera pública.

Além de categorizar a autora faz uma análise profunda dos movimentos sociais seccionados e traz um aparato teórico que remete a análise e reflexão em cada eixo apresentado. Ao levantar o cenário dos movimentos sociais na atualidade brasileira, destacam-se na obra dez eixos temáticos, que são apresentados no processo de mapeamento proposto enquanto metodologia, que transitam em diversos segmentos da sociedade, e se desdobram em subeixos que se convergem.

Os eixos apresentados são: Movimentos sociais ao redor da questão urbana; Movimentos em torno da questão do meio ambiente: urbano e rural; Movimentos identitários e culturais: gênero, etnia, gerações; Movimentos de demandas na área do direito; Movimentos ao redor da questão da fome; Mobilizações e movimentos sociais na área do trabalho; Movimentos decorrentes das questões religiosas; Mobilizações e movimentos rurais; Movimentos sociais no setor das comunicações; Movimentos sociais globais;

Assim, o livro mostra-se como uma bússola para entender e conhecer profundamente as ações prévias e o contexto inserido na construção da participação social; faz uma retrospectiva dos principais movimentos sociais que participaram da trajetória de lutas por direitos e pela construção da cidadania no Brasil. Configura-se como um aporte teórico seguro e aprofundado para estudantes, pesquisadores e todos aqueles que desejam entender como se estabeleceu e como de desenvolveu as relações entre sociedade organizada e mobilizada para a conquista e manutenção de direitos, bem como a crescente participação na definição de políticas públicas e atuação do Estado.

[Recebido: 17 nov. 2018 — Aceito: 06 jul. 2019]